

Revista Portuguesa de Filosofia

ISSN 0870-5283; 2183-461X

Provided for non-commercial research and education use.

Not for reproduction, distribution or commercial use.

Kant e a sua Crítica a Hutcheson e à Doutrina do Sentimento Moral na Década de 1770

Cunha, Bruno

Pages 309-326

ARTICLE DOI [10.17990/RPF/2018_74_1_0309](https://doi.org/10.17990/RPF/2018_74_1_0309)

Pierre Duhem e Ernst Mach: Ciência e Filosofia

Pierre Duhem and Ernst Mach: Science and Philosophy

María de Paz; Antonio Augusto Passos Videira; Álvaro Balsas, SJ (Eds.)

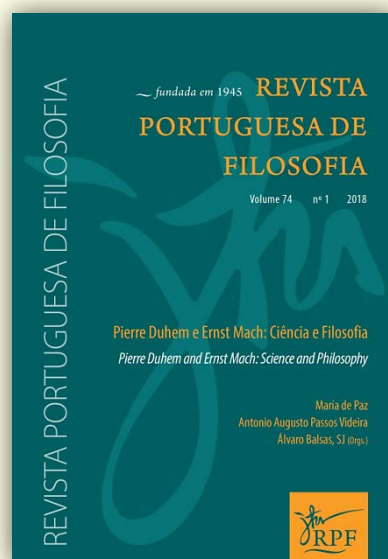
74, Issue 1, 2018

ISSUE DOI [10.17990/RPF/2018_74_1_0000](https://doi.org/10.17990/RPF/2018_74_1_0000)

Your article is protected by copyright © and all rights are held exclusively by *Aletheia – Associação Científica e Cultural*. This e-offprint is furnished for personal use only (for non-commercial research and education use) and shall not be self-archived in electronic repositories. Other uses, including reproduction and distribution, or selling or licensing copies, or posting to personal, institutional or third party websites are prohibited.

If you wish to self-archive your article, contact us to require the written permission of the RPF's editor. For the use of any article or a part of it, the norms stipulated by the copyright law in vigour are applicable.

Authors requiring further information regarding Revista Portuguesa de Filosofia archiving and manuscript policies are encouraged to visit: <http://www.rpf.pt>



Kant e a sua Crítica a Hutcheson e à Doutrina do Sentimento Moral na Década de 1770

BRUNO CUNHA *

Abstract

In this paper, my aim is to reconstruct, through the material presented in the *handschrifter Nachlaß*, Kant's criticism to Hutcheson and to the doctrine of moral feeling in the 1770s in the so called silent decade. As we can note, this criticism generally is addressed to the fact that the doctrine of moral feeling is lacking an objective ground on which can be established a categorical conception of ethics. Moreover, I argue that in this context Kant already demonstrates, from his critical position in the *Reflexionen* and *Vorlesungen*, the general lines of his mature conception on moral feeling as something strictly linked to our awareness of the law.

Keywords: moral feeling, silent decade, Kant's criticism, Hutcheson, manuscript legacy, Kant's lectures.

1. Considerações iniciais

Desde o século XIX, muito tem sido discutido, dentro da literatura, sobre a influência dos moralistas ingleses no pensamento de Kant. Mas se de fato são bastante controversas as percepções sobre o caráter dessa influência e sobre o modo como o pensamento de "Hutcheson e outros"¹ foi assimilado por Kant na gênese de suas concepções éticas²,

* Universidade Federal de São João Del Rei.
✉ brunocunha@ufsj.edu.br

1. Immanuel Kant. "Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral", in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), 2:300.
2. Na literatura secundária, os primeiros intérpretes, ainda no século XIX, conceberam Kant como um mero seguidor da doutrina do sentimento moral de Hutcheson [Menzer (1899), Foerster (1893), Paulsen (1904)]. A partir do início do século XX, essa visão é substituída por uma interpretação mais crítica [Schilpp (1938)]. No entanto, será somente a partir da publicação dos novos tomos da edição das obras completas de Kant, com a inclusão do *Legado Manuscrito*, que vai se tornar possível uma interpretação mais coerente e lúcida do papel decisivo de Hutcheson na gênese das concepções filosóficas de Kant [Henrich (1957), Schmucker (1961)] Para comentário, consultar "A gênese da ética de Kant" [Cunha (2017)].

não restam dúvidas do momento a partir do qual Kant explicitamente promoveu o *rompimento* com a noção do ‘*sensus moralis*’. É perceptível que, no §9 da *Dissertação Inaugural* de 1770, a moral já é estabelecida ao lado do conhecimento dogmático e puro do entendimento e de seus princípios. Dessa forma a perfeição moral, compreendida como o modelo e o ideal máximo inerente não ao ente, mas à liberdade, é apresentada, em analogia com o conceito de uma perfeição numênica, como o alicerce sobre o qual todos os conceitos puros da moralidade devem se erigir. Ao assumir essa posição, observamos que, pela primeira vez, Kant admite, de forma clara, o caráter *apriorístico* e puro dos conceitos morais, impondo uma linha de separação *clara* entre a ideia de uma moral intelectual e a doutrina do sentimento moral.

O segundo é dogmático, de acordo com o qual os princípios gerais do entendimento puro, tais como a ontologia ou a psicologia racional os exibem, culminam em um modelo, somente concebível pelo entendimento puro e medida comum de tudo o mais no tocante à realidade, que é a PERFEIÇÃO NUMÊNICA. Esta, porém, é perfeição quer em sentido teórico quer em sentido prático. No primeiro sentido ela é o ente supremo, Deus, no segundo, a PERFEIÇÃO MORAL.

Portanto, a filosofia moral, na medida em que oferece os primeiros princípios do juízo, não é conhecida senão pelo entendimento puro e pertence ela mesma à filosofia pura, e Epicuro, que reduziu os critérios dela ao sentimento de prazer e desprazer, é com muita justiça repreendido, juntamente com certos modernos que até certo ponto tem o seguido à distância, como Shaftesbury e seus adeptos.³

Considerando seu objetivo acadêmico em dissertar sobre os princípios do conhecimento metafísico não é de se surpreender que, na *Dissertação*, Kant não desenvolva as suas novas intuições sobre a filosofia moral pura, que, como é de nosso conhecimento, já é concebida, nesse contexto, como uma *metafísica dos costumes*⁴. Mas se, no contexto espe-

-
3. Immanuel Kant. “De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), 2: 395-6.
Todas as citações de Kant são traduções realizadas a partir da edição das obras completas de Kant da Academia de Berlim, exceto a citação referente à *Dissertação* e *Sonhos de um Visionário*, ambas retiradas da edição da Unesp dos *Escritos pré-críticos*. Todas as citações de Kant seguem o modelo de referência da academia exceto as traduções feitas a partir das *Vorlesung zur moralischen Philosophie* (2004) indicadas nas referências de fim de página como *Kaehler*.
 4. Em uma carta datada de 31 de dezembro de 1765, Kant já noticia a Lambert seus planos de publicar os “Primeiros Princípios Metafísicos da Filosofia Prática [*Anfangsgr*”

cífico da *Dissertação*, realmente não nos é proporcionada indicações mais precisas em torno do problema ético, isso não é o que verificamos quando nos voltamos para o conjunto de *Reflexões* e *Lições* desse mesmo período. Esse material adicional, que foi divulgado de maneira integral apenas depois da segunda metade do século XX, permite-nos perceber mais claramente, dentre outros vários pontos, o inovador significado atribuído por Kant à filosofia moral, no período conhecido como a “década do silêncio”, bem como o verdadeiro teor de suas críticas a Hutcheson e ao sentimentalismo. Dessa forma, meu objetivo, nesse trabalho, é reconstruir, a partir dessas preciosas fontes, algumas das críticas de Kant a Hutcheson e à doutrina do sentimento moral e argumentar a favor da hipótese de que, já existe, de fato, nesse contexto, uma nova compreensão acerca do sentimento na ética kantiana.

2. As críticas a Hutcheson e à Doutrina do Sentimento Moral

Em duas seções de suas *Lições de Ética* intituladas “Do princípio da Moralidade” e “Do mais alto princípio da moralidade”, Kant promove um debate com a tradição filosófica acerca do princípio supremo da moral. No início da primeira dessas seções, o princípio da moral é identificado, de maneira provisória, com a bondade [*Bonität*] do livre arbítrio. Kant admite, todavia, a necessidade de investigar, mais a fundo, “no que realmente consiste o princípio da moral”. Ele constata que, antes de tudo, tal princípio deve ser um princípio de judicação [*Judication*], ou seja, um

der praktischen Weltweisheit]” (10:56). Na carta a Herder de 9 maio de 1768, Kant reafirma aquelas pretensões já anteriormente confidenciadas a Lambert em 1765 em torno da publicação de uma obra sobre a metafísica da moral: “[...] minha atenção está dirigida especialmente para reconhecer a determinação real e as fronteiras das faculdades humanas e inclinações. Então acredito que, no que diz respeito à moral, eu tive sucesso finalmente, e estou trabalhando agora em uma metafísica dos costumes na qual eu imagino ser capaz de apresentar princípios evidentes e frutíferos de conduta e do mesmo modo especificar o método [...]” (10:74). Pouco tempo depois, em outra carta enviada a Lambert como adendo de sua *Dissertação Inaugural*, em setembro de 1770, Kant admite novamente o desejo de completar com brevidade suas investigações em torno da metafísica dos costumes compreendida nesse momento, de forma clara, como uma filosofia pura despidida de princípios empíricos (10:97): “[p]ara me recuperar de uma grande indisposição que me infligiu este verão e ao mesmo tempo para não ficar sem uma ocupação nas horas vagas, eu me dispus, nesse inverno, a colocar em ordem e terminar minha investigação sobre a filosofia moral pura [*reine moralische Weltweisheit*], na qual princípios empíricos não são encontrados, como se fosse uma metafísica dos costumes [*Metaphysic der Sitten*]”.

princípio capaz de fornecer o juízo a respeito daquilo que é bom ou mau. Além disso, ele deve ser capaz de distinguir ou *especificar a bondade* moral entre todos os outros tipos de bondade. De acordo com a fonte a partir do qual o princípio é assumido, os sistemas morais podem ser empíricos ou intelectuais. Os sistemas empíricos podem se basear em fundamentos internos e externos. Os baseados nos primeiros representam-se no sentimento físico, ou seja, no amor de si [*Selbstliebe*] e no egoísmo, como os professam Epicuro, Helvetius e Mandeville ou no sentimento moral de Shaftesbury e Hutcheson⁵. Os estabelecidos sobre fundamentos externos são aqueles baseados na educação, como o de Montaigne, ou no governo, como o de Hobbes. Todavia, segundo a avaliação kantiana, “o princípio da moralidade segundo o sistema empírico baseia-se em fundamentos contingentes”⁶. Kant explica que “[...] se o princípio da moralidade se baseia no amor de si [*Selbst Liebe*], ele se baseia em um fundamento contingente, pois a propriedade [*Beschaffenheit*] das ações de acordo com as quais elas trazem ou não vantagem a mim baseia-se em circunstâncias contingentes”. Do mesmo modo, Kant acredita que o sentimento moral, aspecto segundo o qual “se avalia a ação de acordo com agrado ou o desa-

5. Immanuel Kant. “Vorlesung zur moralischen Philosophie”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), *Collins* 27: 252-253, (Berlin: de Gruyter, 2004), *Kaehler* 22-23.
6. *Ibid.*, *Collins* 27: 253-254/ *Kaehler* 26. Kant escreve em uma reflexão datada do final de 1760 ou início de 1770: “Todos os sistemas são de tal forma que derivam a moralidade da razão ou do sentimento (da coação da autoridade ou dos costumes). Aqueles que derivam da razão: ou da verdade ou da perfeição (termo médio das inclinações: Aristóteles)” (Refl. 6625; 19:116). Kant fala mais detalhadamente dessa distinção em outra reflexão do mesmo período: “Doutrina. A partir de fundamentos contingentes (empíricos e contingentes): I. internos (físicos): 1. Sentimento moral [...] 2. Amor próprio [...] II. Externos: costume e exemplo ou autoridade [...]. Em segundo lugar os objetivos (necessários) da razão [...] 1. Os internos: a. verdade (aparência), b. perfeição. 2. Os externos: da vontade de Deus [...]” (Refl. 6631; 19:118-119). Como em suas leituras, diante destas alternativas, Kant demonstra claramente sua preferência ao fundamento proporcionado “a partir da bondade da razão ou do arbítrio”. Com isso, ele define seu sistema como “a doutrina do arbítrio que está subordinado às leis essenciais da vontade. Se trata da coincidência de todas as ações com o valor pessoal de si mesmo [...]” (Refl. 6631). Pouco tempo depois, por volta de 1772, é reafirmado que “O princípio da moral não é sensível, nem diretamente ou patologicamente, nem se funda em um sentimento físico (doutrina da habilidade) nem em um sentimento moral [...], nem indistintamente sensível ou pragmático (doutrina da prudência) [...]” (Refl. 6754; 19:1489). Na mesma época, em torno da mesma questão, Kant corrobora a opinião de que “O princípio da judicacão moral não é a vontade divina (5. Tampouco o termo médio. Aristóteles). 4. Nem o conceito universal da perfeição 2. Nem o conceito de felicidade 3. Nem a felicidade empírica (ela seria privada) 3. Nem o sentimento moral e o gosto (o gosto é relativo em vista do sujeito) 3. Mas é a razão” (Refl. 6760).

grado”, de acordo com o asco ou “em geral de acordo com o sentimento do gosto baseia-se também em um fundamento contingente”⁷, já que alguém pode demonstrar agradabilidade diante de aspectos que provocam repulsa em outra pessoa. Isso é igualmente válido para os fundamentos externos baseados na educação e no governo.

Em suas *Reflexões* do mesmo período, o problema da contingência do fundamento ético vai ser abordada especialmente em referência à doutrina do sentimento moral. Kant compreende que o sentimento moral precisa se basear no entendimento e na *forma* das ações morais, porque na ausência de um fundamento racional, “a hipótese do sentimento (não é um sistema) é a da condução cega [*Blinden leitung*] da liberdade de acordo com um instinto moral”⁸. Particularmente, como se pode notar, o problema encontra-se no fato de que a doutrina do sentimento não é capaz de estabelecer qualquer critério objetivo de avaliação moral. Sobre isso, Kant escreve ainda em 1770-1771: “[a] questão que se coloca é se os juízos morais acontecem devido ao fato de as ações serem consideradas como boas ou como agradáveis. Se o primeiro é o caso, então é a constituição das ações – que para todo entendimento é a mesma – o que contém o fundamento do juízo e isto acontece através da razão. Se é o segundo, então se julga a partir do sentimento e ele não é necessariamente válido para todos”⁹. Por isso, conforme uma avaliação mais tardia, “[n]ão só não se deve citar o sentimento moral como um *principium*, mas tampouco se deve deixar qualquer fundamento moral à decisão do sentimento, por exemplo, o suicídio. Inclusive tampouco basear as motivações [*Bewegungsgründe*] no sentimento, por exemplo, a compaixão, a repulsão. Uma vez que o sentimento carece de regra, é também variável e volúvel”¹⁰. Se, realmente, fosse possível que “um sentimento especial fosse a causa da distinção moral, então a maior desaprovação em relação ao pecado surgiria, na verdade, da repulsão mais extrema ou da sensação [*Empfindung*] mais incômoda que acompanha a sua representação [...]”. Mas, como Kant observa, o problema é que “odiamos nos outros, mais do que sua maldade moral, as características que são desvantajosas para

7. Immanuel Kant. Vorlesung zur moralischen Philosophie, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910) , *Collins* 27: 253-254/Ibid., (Berlin: de Gruyter, 2004), *Kaehler* 25.

8. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl. 6863; 19:184.

9. Ibid., Refl. 6691; 19:134.

10. Ibid., Refl. 6902; 19:201.

nós [...]”¹¹. Embora reconheçamos que “as boas ações realizadas a partir da inclinação não tenham tanto valor moral quanto aquelas feitas pelas simples máximas”, “[...] temos uma opinião mais alta daquilo que é bom a partir da inclinação”¹². Se “existisse um sentimento moral, então tenderíamos a avaliá-lo como um meio de agradar a nós mesmos; seria mais um sentido para agradar a si mesmo. Não obstante, considerando as coisas dessa maneira, a virtude com seu estímulo ideal estaria sumamente perdida contra o vício e o estímulo físico [...]”¹³. Os motivos enumerados aqui, portanto, apoiam o veredito de Kant sobre a doutrina do sentimento moral como representada no pensamento de Hutcheson: “[o] princípio de Hutcheson é não-filosófico, porque introduz um novo sentimento como um fundamento explanatório [*Erklarungsgrund*]; em segundo lugar, porque vê nas leis da sensibilidade fundamentos objetivos”¹⁴.

Percebe-se, de maneira geral, que Kant desaprova Hutcheson¹⁵, porque a experiência valorativa imediata proporcionada pelo sentimento não é capaz de ultrapassar o campo da validade privada¹⁶ e subjetiva para proporcionar uma *vinculação* objetiva entre os seres racionais e a concordância necessária de seus propósitos. O caráter subjetivo da experiência do sentimento promove, segundo Kant, uma “divisão da visão geral”, destruindo as “possibilidades de concordância”¹⁷ e contradizendo a ideia de humanidade que busca o universal em todos. A razão principal disso está no fato de que, como já está indicado no contexto dos anos de 1760, a doutrina do sentimento moral não é capaz de reconhecer o substrato ético por detrás da experiência de aprovação. Este é o motivo pelo qual Kant acredita que Hutcheson tenta derivar “tudo de forma pragmática”¹⁸ dentro da moralidade. Uma vez que o sentimento não é uma forma de conhecimento, não carrega consigo qualquer critério de avaliação para além

11. Ibid., Refl. 6623; 19:115.

12. Ibid., Refl. 6749; 19:148.

13. Ibid., Refl. 6755; 19:149.

14. Ibid.; Refl. 6634; 19:119.

15. Em seu célebre artigo, Henrich (1957, p. 54) identifica quatro críticas de Kant a Hutcheson, que dizem respeito, respectivamente, à universalidade, ao caráter vinculativo, ao fundamento transcendente e ao conteúdo da consciência moral, aspectos que são falsos ou não foram esclarecidos de forma adequada no pensamento do moralista britânico.

16. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl. 541.

17. Ibid., Refl. 241.

18. Ibid., Refl. 6841; 19:176-177.

das condições subjetivas da consciência de acordo com a intensidade das próprias afecções, o que proporciona apenas uma hipótese quantitativa da moralidade. E por mais que Kant reconheça que “o fundamento subjetivo do sentimento moral”, uma vez “concebido como mais forte do que tudo”, pode ser reconhecido como um aspecto legítimo de motivação capaz “de explicar como algo particularmente acontece”, ele está consciente de que “apenas a razão pode prescrever o dever”¹⁹.

Em face à carência de um fundamento, Kant também desaprova a tentativa de Hutcheson de justificar o senso moral através de uma premissa teológica que, em sua obra, é fundada no ato criativo de Deus. Como Henrich²⁰ observa, na falta de um fundamento para justificar o motivo pelo qual as afecções são exigidas como critério do bem moral, Hutcheson apela para um tipo de teleologia intersubjetiva, na qual as afecções são colocadas em referência a um conceito sistemático de felicidade, compreendida como expressão dos propósitos divinos. Com isso, Hutcheson²¹ busca uma ligação entre a bondade de Deus e a necessidade desses sentimentos. Todavia, mesmo assim, segundo a própria avaliação de Kant, tal derivação pressupõe a origem dos juízos morais meramente a partir do que, nas palavras de Henrich, define-se como “a constituição fatídica de nossa alma através de Deus”. Isto é, os juízos morais permanecem ainda limitados e definidos a partir de sua origem, uma vez que não há um caminho razoável para descrever como Deus cria a faculdade humana dos juízos morais como verdadeiramente boa em si: “[...] se o sentimento moral devesse determinar nossos juízos, então tudo seria uma constituição arbitrária [*willkürliche Einrichtung*] de Deus, e não se saberia se é bom”²². Através de sua doutrina, Hutcheson não é capaz de elucidar o caráter comum que envolve a compreensão moral e a experiência do bem em Deus e nas criaturas. Além disso, em referência a uma discussão já apresentada antes, em meados de 1760, nas *Anotações nas Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, Kant observa que o conteúdo material proporcionado pelo sentimento quando este, enquanto representação da virtude, impele o sujeito à extensão da benevolência ao todo, pressupõe sempre a atividade mais particular e subjetiva do

19. Ibid., Refl. 7253; 19:294-295.

20. Dieter Henrich. „Hutcheson und Kant“, *Kant-Studien* v.49, (1957): 54

21. Ibid., 55

22. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), 1910, Refl. 6798, 19:164.

agente²³. Por isso, em suas palavras, essas afecções “estão preocupadas com o particular, embora com o particular em relação aos outros. Aqui não nasce a ideia do todo, mas se assume a posição de outro indivíduo”²⁴. Todas essas críticas, no contexto em questão, apenas reforçam a decisiva conclusão kantiana de que tão somente a dimensão formal e racional da moralidade é capaz de proporcionar um meio de orientação moral para os seres racionais.

3. Um sentimento de acordo com a razão

Ao dispensar o sentimento moral como fundamento das ações morais, Kant se vê diante de uma questão fundamental: trata-se de saber o modo como a razão, em seu intuito de determinar a vontade, é capaz

-
23. Este ponto é discutido nas *Anotações* (20:144.fl). Kant se pergunta se o prazer que sentimos na experiência do sentimento moral baseia-se apenas na *sensação física* que experimentamos diante do bem-estar de outros ou se este prazer decorre de um fundamento interno, ou seja, da *nossa própria capacidade* para *promover* esse bem-estar. Se o bem-estar ou o infortúnio de outros me agrada ou desagrada unicamente a partir do ponto de vista físico, ou seja, quando eu os provoço, é preciso admitir que a experiência do sentimento é relativa, pois seria inexplicável qualquer sensação de desagrado em relação ao mal dos outros quando não o provocamos. Disso se conclui que não é possível encontrar qualquer fundamento objetivo válido do prazer no efeito físico que resulta de uma ação, como parece ser o que acontece nas experiências relacionadas aos instintos de compaixão, simpatia e benevolência universal: “[a] capacidade de reconhecer algo como uma perfeição nos outros ainda não produz a consequência de que nós próprios sentimos agrado nisso. Mas se temos um sentimento para encontrar agrado nessa situação, então também seremos movidos a desejá-la e a aplicar nossas forças a tal situação. Então, pergunta-se se nós sentimos agrado imediatamente no bem-estar de outros ou se o prazer imediato realmente se situa na possível aplicação de nossas forças para promover esse bem-estar. Ambas as situações são possíveis, mas qual é a real? A experiência nos ensina que no estado simples um homem considera a felicidade alheia com indiferença, mas se ele a promove, ela o deleita infinitamente mais. O mal-estar de outros é normalmente tão indiferente, mas caso eu o tenha provocado, ele desagrada tanto quanto se ele fosse causado por outra pessoa. E no que diz respeito aos instintos compassivos [*theilnehmende*], [a saber], de compaixão e benevolência, temos razão para acreditar que eles são meramente grandes esforços para aliviar o mal-estar dos outros, tomados a partir da autoaprovação da alma, que produzem estas sensações. Nós temos agrado em certas perfeições nossas, mas muito mais quando nós mesmos somos a causa. Acima de tudo, se somos a causa agindo livremente. A capacidade livre para *subordinar* tudo é a maior perfeição. E a perfeição do livre arbítrio como uma causa da possibilidade é ainda maior do que todas as outras causas do bem mesmo quando elas produzem a realidade [desse bem]” (20:144-145).
24. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl. 782.

de proporcionar a motivação moral. Enunciada logo nas linhas iniciais da segunda *Lição*, a questão é introduzida a partir da distinção entre o princípio da judicação [*Dijudicatio*] e o princípio de execução [*Execution*] da obrigação: “[s]e a questão é: o que é ou não é moralmente bom?, então trata-se do princípio da judicação [*Dijudication*], segundo o qual eu julgo a bondade [*Bonitaet*] e as ações. Mas se a questão é: o que me impele a viver de acordo com essa lei?, então trata-se do princípio do móbil [*Triebfeder*]”. O fato é que, de acordo com os resultados expostos na *Dissertação*, o princípio supremo do juízo moral, que possibilita o reconhecimento de uma bondade moral absoluta, deve ser proporcionado unicamente pelo entendimento. Através do entendimento é possível o reconhecimento do fundamento objetivo da moralidade, mas disso não se segue que dele se possa derivar um fundamento subjetivo: “[a]quilo que me impele a fazer o que o entendimento diz que eu devo fazer são os motivos subjectivos”²⁵. O problema é o mesmo que se colocou diante de Wolff e Baumgarten: “todas as ações são sem dúvida necessárias, de acordo com a judicação [*dijudicatio*], mas para que essas ações se realizem é preciso acrescentar a elas um motivo [*Bewegungsgrund*]”²⁶. Para os predecessores escolásticos, uma solução estava acessível através da identificação e da relação próxima estabelecida entre os conceitos de intuição intelectual e prazer. Todavia, ao assumir uma perspectiva distinta, permanece incerto para Kant se “a razão por si só” pode proporcionar qualquer “móbil”, embora seja ela mesma quem “determina sozinha as condições sob as quais o livre arbítrio [*freye willkühr*] está estabelecido por uma regra autônoma”²⁷. É evidente que deveríamos “conceder um só fundamento objetivo de nosso juízo de que algo deva acontecer e este é a concordância com um princípio de razão”, mas “o fundamento subjetivo do sentimento moral” mostra-se como “mais poderoso do que todos”, justificando “como que algo em particular acontece”²⁸. Dessa forma, a razão por si só parece não ter força suficiente para mover as ações²⁹, pois a reflexão não tem a força

25. Immanuel Kant. “Vorlesung zur moralischen Philosophie”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910) , *Collins* 274/Ibid., (Berlin: de Gruyter, 2004), *Kaehler* 56.

26. Ibid. , *Collins* 27: 299/ *Kaehler* 105.

27. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl.7029; 19:229.

28. Ibid., Refl.7253; 19: 294.

29. Immanuel Kant. “Vorlesung zur moralischen Philosophie”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910) , *Collins* 27: 293/Ibid., (Berlin: de Gruyter, 2004), *Kaehler* 96.

da sensação³⁰. Não fica claro, com efeito, o motivo pelo qual devemos nos submeter à lei moral, uma vez que “não podemos ter nenhum conceito de como a simples forma das ações pode ter a força de um móbil [*triebefeder*]”³¹. Para que a experiência moral seja possível, Kant deve considerar como “o entendimento tem que ter também uma força de execução [*potestam executoriam*]”³². É preciso, portanto, responder à questão: “[d] e que maneira as condições morais se transformam em motivo [*motiva*]”? Isto é, sobre o que se funda sua força movente [*vis movens*] e, portanto, sua aplicação sobre o sujeito?”³³.

Segundo Manfred Kühn³⁴, este ponto explicita exatamente a diferença entre o princípio supremo da moralidade, exposto nas *Lições*, e o imperativo categórico, porque no ensinamento oral o princípio mostra-se apenas como um princípio objetivo da ação: “[d]o princípio de judicação não provém o que nos motiva a essa ação. Não se chega ao móbil da ação”. Conforme o autor constata, da exigência kantiana em relação à função fundamental da antropologia na experiência moral nas *Preleções*, deriva o que seria, segundo as palavras tardias de Kant, uma doutrina moral *mista* que é composta de móveis de sentimentos e inclinações e ao mesmo tempo dos conceitos de razão. Como Kühn observa, em contrapartida, no que diz respeito ao imperativo categórico e à própria possibilidade da razão ser prática, deve ser levado em conta, ao mesmo tempo, “o status de princípio de judicação [*principium diiudicationis*] e o status de princípio de execução [*principium executionis*]”³⁵. E uma vez que Kant admite ser difícil, em relação ao princípio moral apresentado nas *Lições*, compreender como “o entendimento deveria ter uma força motriz”, então é preciso admitir, segundo Kühn, que o *princípio de judicação*, enquanto supremo princípio da moral, não alcança, sem um princípio empírico, o *princípio de execução*. Assim, fazendo alusão a uma passagem da primeira *Crítica*, Kühn conclui que um imperativo categórico sem um *princípio de*

30. Ibid., Powalski 27: 132.

31. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl. 6860; 19:183.

32. Ibid., Powalski 27: 201.

33. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl.6628; 19:117.

34. Manfred Kühn. „Einleitung“, in *Vorlesung zur moralischen Philosophie* (Berlin: DeGruyter, 2004), xxviii.

35. Manfred Kühn. „Einleitung“, in *Vorlesung zur moralischen Philosophie* (Berlin: DeGruyter, 2004), xxix.

execução seria vazio, do mesmo modo que um *princípio de execução* sem um critério objetivo de avaliação deveria, por sua vez, ser considerado cego³⁶.

Kant está consciente de que uma resposta para este problema é necessária, pois, se a moral por si só não é capaz de determinar a vontade, sem o auxílio das paixões e dos afetos, isso significaria que ela é apenas um ideal³⁷ ou mera ficção. Pelo menos, a possibilidade de uma solução, todavia, já é vislumbrada, em sua segunda *Lição*, na trilha daquele caminho desenvolvido na década anterior nas *Anotações*³⁸ e em *Sonhos de um Visionário*³⁹ através de uma nova compreensão acerca do sentimento moral. Nas palavras de Kant: “[o]ra, nós voltamos ao sentimento que anteriormente rejeitamos em outra conotação”. Se antes, devido a motivos já discutidos, o sentimento foi rejeitado como princípio da moral, Kant o admitirá, doravante, como “uma capacidade para ser afetado através de um juízo moral”⁴⁰. Quando o juízo do entendimento nos impele, de alguma forma, a realizar a ação, estamos diante do sentimento moral. Antevendo as dificuldades, não obstante, o filósofo está ciente de que

36. Ibid., xxxv.

37. Immanuel Kant. “Vorlesung zur moralischen Philosophie”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), *Mrgovius* 29:604-05.

38. É notável que Kant já assume uma posição distinta da de Hutcheson em suas *Anotações*. Ele escreve: “[o] sentimento de prazer e desprazer diz respeito àquilo para o qual somos passivos ou àquilo que diz respeito a nós mesmos enquanto um princípio ativo do bem e do mal através da liberdade. O último é sentimento moral” (20:146). Ora, uma vez que a liberdade diz respeito à capacidade da vontade de se harmonizar consigo mesma, com efeito, “o sentimento moral” apresenta-se agora como “o sentimento da perfeição da vontade” (20:136;144). Ou seja, prazer e desprazer são resultados da harmonia ou da contradição da vontade em seu processo de autolegislação: “se uma contradição e um contraste então nascem, ele [o efeito] desagrade; se harmonia e união emergem, eles [os efeitos] agradam”.

39. As *Anotações* já nos antecipa a posição que se tornará clara pouco tempo depois em *Sonhos de um Visionário*, a saber, que o sentimento moral é, no caminho sugerido no escrito das *Grandezas Negativas*, uma atividade específica do espírito sempre ligada a uma *lei interna*, mas que, em um sentido totalmente novo, expressa o *fenômeno de dependência* da vontade individual em relação à universal. “Através disso [da efetividade da lei], vemo-nos, em nossos motivos mais secretos, dependentes da regra da vontade universal [*abhängig von der Regel des allgemeinen Willens*] e nasce daí no mundo de todas as naturezas pensantes uma unidade moral e uma constituição sistemática segundo leis puramente espirituais. Se se quer chamar de sentimento moral essa necessidade sentida de nossa vontade para a concordância com a vontade universal, então se fala disso apenas como de uma manifestação daquilo que se passa efetivamente em nós, sem determinar as suas causas” (2:335).

40. Immanuel Kant. “Vorlesung zur moralischen Philosophie” (Berlin: de Gruyter, 2004), *Kaehler* 68. Sem texto correspondente em Collins.

esclarecer adequadamente o modo como um juízo do entendimento pode adquirir força motriz, transformando-se em um móvel que impulsiona a vontade a realizar ações, é, em suas palavras, a “pedra filosofal [*Stein der Weisen*]”⁴¹.

Para compreender sua posição, precisamos estar atentos ao fato de que “[o] entendimento rejeita tudo o que suprime a possibilidade da regra”. Ou seja, “o entendimento admite todos os objetos que concordam [*übereinstimmen*] com o uso de sua regra, contrapondo-se a tudo que a contradiz”⁴². Com isso, deve-se admitir que existe uma força motriz ou um móbil no entendimento. Isso não quer dizer que ações imorais tenham sua origem na judicção do entendimento. Sua origem, na verdade, encontra-se nos móveis e na corrupção da disposição da vontade ou do coração. Segundo Kant, existe uma força motriz ou um *elateres animi* do entendimento capaz de predominar sobre o móbil das inclinações sensíveis, conduzindo a máxima da vontade. Quando a sensibilidade concorda com o móbil do entendimento estamos diante do sentimento moral. Este sentimento se manifesta, sobretudo, diante das más ações que se contrapõem à regra, porque “a resistência do entendimento” apresenta-se como um “motivo [*Beweisgrund*]” que traz ao acordo a sensibilidade e os móveis. O entendimento por si mesmo não tem a capacidade de repudiar, mas, em contrapartida, na medida em que ele nos fornece uma compreensão sobre aquilo que deve ser repudiado, com efeito, ele torna possível que experimentemos a repulsa em relação a determinados tipos de ação diretamente na sensibilidade, pois esta “repudia aquilo que o entendimento compreende como repugnante [*Abscheulichkeit*]”⁴³. É impossível conduzir o homem a essa desaprovação do vício a não ser por esse caminho, através dessa irritabilidade dos sentidos, pois o homem não possui uma constituição particular que o permita ser movido através de fundamentos objetivos⁴⁴. Essa capacidade de ser afetado pelos juízos morais, através do sentimento, pode ser desenvolvida através do hábito, apenas na medida

41. Ibid., 69.

42. Ibid., 70.

43. Ibid., 71.

44. Ibid., 72.

em que na educação⁴⁵ e na religião os princípios morais sejam assumidos como princípios imediatos⁴⁶.

A posição de Kant nessa segunda *Lição* é condizente com aquela apresentada nas *Reflexões* em torno do fato de que o sentimento moral é um produto derivado do princípio ético. Ao que parece, o sentimento corresponde ao modo como a lei é capaz de influir diretamente na sensibilidade. Sobre isso, Kant escreve em uma das reflexões: “[e]xiste um sentimento moral, mas este não é um fundamento do juízo, mas da inclinação [*Neigung*]”⁴⁷. Isto porque, conforme ele constata, “o sentimento moral não é um sentimento original. Ele se funda em uma lei interna necessária [...]. De certo modo, na personalidade da razão [*Persöhnlichkeit der Vernunft*] [...]”⁴⁸. Em outras palavras, “[o] sentimento moral segue-se de um conceito moral, mas não o produz; ainda menos pode recolocá-lo, ele o pressupõe”⁴⁹. Por isso, “não se deve trazer o sentimento moral ao momento do juízo, mas depois dele, apenas para evocar a inclinação: caso o sentimento, por exemplo, a compaixão, venha antes da máxima, então emerge um juízo falso”⁵⁰. Disso se conclui que “[o] fundamento do sentimento moral, sobre o qual se baseia o agrado [*wohlgefallen*] por esta concordância de acordo com princípios, é a necessidade do agrado pela forma das ações, através das quais concordamos com nós mesmos na utilização de nosso arbítrio”. Sobre a pergunta que acompanha essa colocação: “[c]omo pode a moralidade, na medida em que é um objeto da razão, tornar-se um sentimento? ”, Kant responde: “[e]la [a moralidade] se refere a todas as nossas ações de acordo com nosso prazer ou desprazer e contém a condição da concordância delas mesmas em geral; através disso a moral se refere ao sentimento de agrado e desagrado de acordo com a forma”⁵¹. Portanto, como vemos escrito em outra reflexão datada

-
45. Como no contexto anterior; é bastante claro que Kant acredita que o sentimento moral pode ser, de alguma forma, educado: “[o] homem selvagem só tem sentimentos através dos sentidos; o civilizado através de conceitos e regras. Não há melhor maneira de inculcar o sentimento moral do que fazê-lo mediante a educação através de todas as classes de sinais de repulsão imediata diante do pecado” (Refl.6707; 19:137-138).
46. Immanuel Kant. “*Vorlesung zur moralischen Philosophie*” (Berlin: de Gruyter, 2004), *Kaehler* 73.
47. Immanuel Kant. “*Handschrifter Nachlaß*”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl.6696; 19:134-135.
48. *Ibid.*, Refl. 6598; 19:103.
49. *Ibid.*, Refl.6757; 19:131.
50. *Ibid.*, Refl.6677; 19:131.
51. *Ibid.*, Refl.6864; 19:184.

de 1772, “o juízo moral de aprovação e desaprovação acontece através do entendimento; a sensação moral de agrado e repulsa [acontece] através do sentimento moral, mas de tal forma que o juízo moral não surge a partir do sentimento, mas este daquele. Todo sentimento moral pressupõe um juízo moral através do entendimento”⁵². Pode-se concluir, em vista disso, que “a doutrina do sentimento moral é mais uma hipótese para esclarecer o fenômeno [*phaenomenon*] de aprovação que concedemos a alguns tipos de ação do que uma doutrina que deve estabelecer máximas e princípios [*Grundsätze*] primeiros [...]”⁵³.

Ao compreender o sentimento no caminho sugerido na segunda Lição, a saber, como uma atividade através da qual um sentimento moral é proporcionado a partir de uma *resistência da razão*, pode-se dizer que Kant está assumindo uma posição muita próxima à da década de 1760. Uma vez que a moralidade é compreendida em termos de *necessitação prática*, a “resistência da razão” diante das más ações, que é experimentada justamente através do sentimento moral, pode ser concebida como o modo como a razão restringe os impulsos capazes de “suprimir a possibilidade da regra”, quando estes tentam se estabelecer como fundamento de determinação da máxima da vontade. Pode-se dizer, dessa forma, que, nessa hipótese, mesmo que de forma inconsciente, já se percebe uma solução para o problema da *judicação* e da *execução*, porque embora o simples reconhecimento da lei não seja capaz de motivar o ato moral, Kant acredita que o entendimento deve possuir um “móbil [*elateres animi*]” ou uma força motriz que, atuando sobre a sensibilidade, impõe a predominância do motivo moral em relação aos motivos sensíveis. É dessa forma que a *execução* pode ser movida pela *forma pura* do entendimento através da sensibilidade.

Embora Kant já esteja, com isso, diante de uma formulação próxima àquela apresentada em seu pensamento maduro, Kühn (2004) acredita que a noção de um *sentimento de respeito* não se encontra elaborada nesse contexto. É totalmente questionável, segundo ele, que haja um sentimento especial que seja distinto dos outros sentimentos que são conduzidos pelas inclinações ou pelo medo. A falta desse componente é o que leva Kant, de acordo com Kühn⁵⁴, a assumir o conceito de Deus, *um terceiro*

52. Ibid., Refl. 6760; 19: 152.

53. Ibid., Refl. 6626; 19:116.

54. Manfred Kühn. „Einleitung“, in *Vorlesung zur moralischen Philosophie* (Berlin: DeGruyter, 2004), xxx.

ser, como elemento responsável pelo aspecto motivacional da moral⁵⁵. De fato, é preciso admitir que, nas *Lições*, Kant não parece consciente da solução que ele mesmo havia sugerido em meados de 1760. As *Reflexões*, contudo, fornecem-nos algumas evidências contrárias a isso. Kant escreve: “[o]s malignos [*Bösewichter*] possuem juízos morais tão perfeitos como os nossos, mas não possuem sentimento moral. A regra funda-se em conceitos; a execução [funda-se] no sentimento, o que está de acordo com esses conceitos, mas não com as impressões”⁵⁶. Mesmo nas *leituras*, quando Kant fala de um sentimento proporcionado unicamente pela *forma* do entendimento diante daquilo que se contrapõe à regra, ele se dirige novamente pelo caminho de sua formulação inicial do *sentimento de respeito*, compreendido como um motivo mediado pela consciência imediata da lei. Como na década anterior, o sentimento moral aparece como o efeito sensível proporcionado pelo processo de *necessitação moral* da vontade. Esse processo pressupõe a consciência de nossa dependência em relação à lei devido ao reconhecimento de um elemento que nos é superior e, por conseguinte, ao ser concebido pela razão como digno de respeito, é capaz de nos “necessitar” ao moralmente bom. Posto que o homem não é capaz de obter qualquer efeito sensível no entendimento, a moral busca o auxílio da sensibilidade, sem, com isso, submeter-se a ela, com o objetivo de impulsionar um móbil [*elateres animi*] da razão. Perscrutando o mistério da “pedra filosofal”, Kant encontra-se diante de uma solução alternativa à malfadada sugestão de que o *princípio de execução* deve pressupor um “terceiro ser”, o que culmina, com efeito, na aceitação de um elemento que extrapola o âmbito interno da própria moral.

55. Nas *Lições*, embora Kant conceba o princípio intelectual externo, baseado na vontade de Deus, como falso, porque “a distinção do bem e do mal moral não consiste na relação com outro ser [...]” (27:255; p. 27), ele parece considerar que a moral deve pressupor um “terceiro ser” responsável não pela judicção, mas pela “execução [*execution*]” da lei, coagindo-nos, dessa forma, em direção àquilo que devemos fazer. Ele acredita que sem o conceito de um juiz superior capaz de nos proporcionar o motivo, seja recompensa ou punição, a lei moral seria sem efeito. Sem se dar conta da solução sobre o princípio de execução [*principium executionis*] da moral, Kant parece aceitar, nesse ponto, que, se por um lado, a existência de Deus *não é necessária* para o *conhecimento* da lei, por outro, é importante para a motivação moral.

56. Immanuel Kant. “Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), Refl. 6804; 19:167.

4. Considerações finais

Compreender adequadamente o debate de Kant com os seus predecessores e o percurso do desenvolvimento de seu pensamento certamente é, como Wilhem Dilthey destacou em seu texto introdutório no primeiro volume do *handschriftlicher Nachlaß*, um requisito fundamental para alcançarmos uma interpretação integral de sua obra. Em suas palavras, “[a]penas a partir de seu desenvolvimento se pode compreender o sistema de Kant”⁵⁷. Tem-se observado, todavia, que pouca atenção tem sido dedicada ao desenvolvimento do pensamento de Kant, sobretudo no que diz respeito ao seu pensamento moral, pelos pesquisadores de língua portuguesa⁵⁸. Ao mesmo tempo, é possível observar que, no âmbito da *Kantsforschung* em geral, tem faltado um empenho mais sistemático e minucioso em trabalhar as ricas fontes que, no século XX, foram incorporadas ao *Korpus Kantiano* e publicadas seja sob o título de *Legado Manuscrito* [*handschrifter Nachlaß*] ou na forma das *Lições de Ética*. Esse artigo busca ser uma contribuição no sentido de mostrar, através do já citado material, que as linhas mais fundamentais do conceito kantiano de sentimento moral, o mesmo que será apresentado em 1787 na *Crítica da Razão Prática*, a saber, o *sentimento de respeito*, já estão *pré-formadas* a partir do debate kantiano com o compêndio de Baumgarten o qual atesta as *Reflexões e Lições desse contexto*. É possível constatar, da mesma forma, que a atitude crítica frente aos tópicos do compêndio não se configura apenas como uma forte reação ao pensamento escolástico propagado nas universidades alemãs pelos wolffianos, mas também como uma resposta definitiva a outras importantes correntes de pensamento com as quais Kant inevitavelmente dialogou no caminho de seu desenvolvimento e que o influenciaram profundamente. A atitude crítica frente a Hutcheson na década do silêncio, como é possível conjecturar, é resultado de um recente e inovador diagnóstico sobre a filosofia moral, que, diferente do que se possa supor, não avalia necessariamente nesse momento de forma negativa os afetos e os sentimentos, mas apenas determina *criticamente* sua função e seus limites no âmbito da ética: ora, de fato, em uma verdadeira doutrina da obrigação moral, o sentimento moral só tem lugar como uma atividade completamente *subordinada* ao princípio supremo da

57. Wilhem Dilthey. “Einleitung - Handschrifter Nachlaß”, in *Gesammelte Schriften* (Berlin: Reimer [DeGruyter], 1910), xxv.

58. Em língua espanhola é de destaque os trabalhos de J. Aramayo (1988) e J. Herceg (2005).

moralidade. Ele é o mero resultado de uma *resistência* da razão, de uma *necessitação prática* racional a partir do qual o homem, dotado de uma vontade finita e suscetível sempre aos encantos da sensibilidade, torna-se devidamente consciente de seu respeito à lei.

Referências

- Aramayo, Roberto R. "La presencia de La 'Crítica de La Razon Practica' en las 'Lecciones de Etica' de Kant". *Agora*. n.7 (1988): 145-158.
- Cunha, Bruno. *A Gênese da Ética de Kant: o desenvolvimento moral pré-crítico em sua relação com a teodiceia*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- Henrich, Dieter. "Hutcheson und Kant". *Kant-Studien* 49. (1957): 49-69.
- Herceg, José Santos. "La Moral Kantiana en la Década del Silencio: elementos para uma reconstrucción". *Dianoia*, n.54, (2005):101-122.
- Hutcheson, Francis. *An Inquiry into the Original of our Ideas of Beauty and Virtue*, Londres, 1725.
- Hutcheson, Francis. *An Essay on the Nature and Conduct of the Passions and Affections*. Londres, 1728.
- Kant, Immanuel. *Gesammelte Schriften*. v. I-XXI, Edited by the Akademie der Wissenschaften. Berlin: Reimer (DeGruyter), 1910.
- Kant, Immanuel. *Escritos Pré-Críticos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- Kant, Immanuel. *Vorlesung zur Moralphilosophie*. Editado por Werner Stark. Berlin: de Gruyter, 2004.
- Kant, Immanuel. "Anotações nas Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime" (seleção de notas). Traduzido por Bruno Cunha. *Kant E-prints* v.11, n.2. (2016), p.51-79.
- Kant, Immanuel. *Lições de Ética*. Traduzido por Bruno Cunha e Charles Feldhaus. São Paulo: Editora Unesp, 2018 (no prelo)
- Kühn, Manfred. Einleitung. In: *Vorlesung zur Moralphilosophie*. Editado por Werner Stark. Berlin: de Gruyter, 2004: vii-xxxv.
- Menzer, Paul. "Der Entwicklungsgang der Kantischen Ethik in der Jahren 1760 – 1785 – Erster Abschnitt". *Kant-Studien* 2. (1899): 290-322.
- Menzer, Paul. "Der Entwicklungsgang der Kantischen Ethik in der Jahren 1760 – 1785 – Zweiter Abschnitt". *Kant-Studien*. 2. (1899): 41-104.
- Menzer, Paul. "Anmerkungen". *Eine Vorlesung Kants über Ethik*. Berlin: pan Verlag Rolf Reise, 1924: 323-335.
- Paulsen, Friedrich. *Immanuel Kant. Sein Leben und seine Lehre*. Stuttgart: Friedrich Frommanns Verlag, 1904.
- Schilpp, Paul Arthur. *Kant's Pre-critical Ethics*. Evanston and Chicago: Northwestern University, 1938.
- Schmucker, Josef. *Die Ursprünge der Ethik Kants in seinen vorkritischen Schriften und Reflektionen*. Meisenheim: A. Hain, 1961.
- Werkmeister, W. H. *Kant's Silent Decade: A Decade of Philosophical Development*. Tallahassee: University Presses of Florida, 1979.

